

Audidores-fiscais do Trabalho fazem ação de advertência

Ainda na área do Trabalho, servidores do Ministério Público Federal devem entrar em greve a partir de segunda-feira

Mônica Cristina Pinto Roger Meireles
Reportagem Fotografia

Os servidores federais intensificam as mobilizações para pressionar o governo a conceder, entre outras reivindicações, reajustes e reposições salariais ainda a tempo de incluí-las na lei de diretrizes orçamentárias que deve ser encaminhada ao Congresso Nacional em agosto. A exemplo de várias outras categorias, a mobilização também vem afetando as áreas legislativas e independentes ligadas ao Trabalho e Emprego. Uma enorme faixa fixada na porta da Delegacia do Ministério do Trabalho de Foz do Iguaçu alerta que os auditores-fiscais estão mobilizados por reajustes.

Os auditores-fiscais não descartam um movimento de paralisação, mas por enquanto evitam uma ação mais contundente que possa prejudicar os cidadãos. "A população não tem culpa do que está acontecendo e, por orientação do nosso sindicato nacional, estamos tendo o cuidado de não criar constrangimento à população", ressaltou Fábio Ubirajara de Campos Lantmann, presidente da Associação dos Auditores-Fiscais do Trabalho no Paraná. Segundo ele, os auditores-fiscais estão atuando no lado externo das repartições públicas, orientando sobre o movimento.

Outra determinação do sindicato nacional é que sejam intensificadas as fiscalizações no setor da construção civil, que está apresentando um crescimento no índice de acidentes de trabalho. Isto porque a categoria precisa alertar a população para a falta de auditores. Conforme o dirigente, aposentam-se em média 600 auditores-fiscais do trabalho ao ano, mas o governo não promove concursos para repor essa lacuna.

Em Foz do Iguaçu, o diretor-regional da associação, Álvaro da Rocha Viana explica que existem apenas nove auditores fiscais para cobertura de um universo superior a sete mil empresas. Sendo que seis para atuar no campo de fiscalização e atender denúncias de irregularidades que chegam não somente dos empre-

dos, mas também de órgãos diversos – desde o Ministério Público à sociedade civil organizada. Lantmann diz que esse problema é extensivo ao estado e ao país. "O auditor é responsável por, entre outros, a questão da aprendizagem (programa Jovem Aprendiz); da inserção de deficientes no mercado de trabalho; do combate ao trabalho infantil e ao escravo (ou análogo ao trabalho escravo); a verificação das 36 normas regulamentadoras de segurança e saúde no trabalho... Então, é um contingente muito pequeno para tamanha demanda", resumiu.



Faixa sobre a movimentação dos auditores-fiscais em Foz do Iguaçu: advertência

Segundo o dirigente estadual da associação, a movimentação da categoria teve início em junho e começou a tomar um corpo maior a partir de julho. "Mas, infelizmente, sabemos que a mobilização não deve parar por aí, porque sabemos que o governo não vai mudar essa proposta", destacou.

A proposta do governo, conforme Lantmann, foi de 15,8% que até permitiria a

recomposição de três anos – o último reajuste foi concedido em 2010, relativo às perdas desde 2008. "Mas o governo condicionou esse pagamento em três parcelas anuais de pouco mais de 5,2%, a partir de 2013. Isso é inviável", sentenciou.

Ministério Público do Trabalho

Também em Foz do Iguaçu, a expectativa é que os servidores do Ministério Público do Trabalho venham aderir à greve a partir da próxima segunda-feira, dia 27, tal como os colegas de Curitiba, que desencadearam o movimento grevista no início desta semana; de Londrina (deflagrado na terça-feira) e de Ponta Grossa, que começou ontem.

Segundo os grevistas, durante a paralisação será garantida a permanência de um efetivo de 30% dos servidores nos locais de trabalho, porém eles atenderão somente os casos mais urgentes, como denúncias de irregularidades trabalhistas e atendimento ao público.

Os servidores do MPF, como também os funcioná-

rios em greve no MPF, protestam contra a falta de recomposição salarial, que, segundo eles, já dura desde 2006, quando ocorreu o último reajuste salarial.

Segundo nota divulgada pelo Sinasempu – Sindicato Nacional dos Servidores do Ministério Público da União, os servidores do MPU e do Poder Judiciário estão sem reajuste salarial desde 2006, quando tiveram aprovado o último Plano de Cargos e Salários - PCS, contabilizando perdas efetivas de poder aquisitivo face à inflação acumulada do período, que variou de dezembro/2006 até julho/2012, entre 46,77% (IGPM), 37,85% (INPC) e 35,58% (IPCA). Eles também ressaltam que o salário mínimo em 2006 era de R\$ 350 e hoje está em R\$ 622, um percentual de 78% de aumento. Apesar disso, os servidores do MPU que não tiveram qualquer reajuste em suas remunerações desde 2006, não lutam agora por aumento real, mas apenas pela recomposição de seus salários corroídos pela inflação.

Áudio Líbero

Estruturas e Equipamentos para eventos

LOCAÇÃO

Tendas

Palcos

Som e Luz

Sanitários Químicos

Grupo Gerador de Energia



(45) 3541-0022

www.audiolibero.com.br